

Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma revisão sistemática

Processes of inclusion of people with disabilities in Higher Education: A systematic review

Procesos para la inclusión de personas con discapacidad em la Educación Superior: Uma revisión sistemática

Recebido: 08/06/2021 | Revisado: 18/06/2021 | Aceito: 22/06/2021 | Publicado: 07/07/2021

Elihab Pereira Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2461-4096>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: elihabpsi@gmail.com

Jean Michel R. Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5353-5963>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: jeanmendesfisio@gmail.com

José Rogécio de S. Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3722-9354>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: rogeciofisio@gmail.com

Heloísa Alencar Duarte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0980-0277>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: heloisaleal@alu.uern.br

Vanessa Rayane Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8893-2387>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: rayane.nutri@gmail.com

Marco Aurelio M. Freire

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6483-0498>
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: freire.m@gmail.com

Resumo

Nas últimas duas décadas o Brasil experimentou diversos processos de mudanças estruturais no âmbito do Ensino, associados a transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que culminaram na expansão do sistema de educação Nacional. A inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior tem sido definida como política de Estado; entretanto, muito ainda precisa ser feito para que haja uma efetiva inclusão deste grupo no ambiente acadêmico. No presente estudo realizamos uma revisão sistemática para evidenciar questões relacionadas à percepção do processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Para tanto, foi feita uma revisão sistemática da literatura com busca de artigos nas bases de dados Lilacs, PubMed, Scielo, Scopus e Web of Science, selecionando artigos publicados entre 2016 e 2020, usando os termos de referência “Pessoas com Deficiência”, “Educação Especial” e “Ensino Superior” em língua portuguesa e “Disabled Persons”, “Education, Special” e “Education, Graduate” em língua inglesa. Cinco artigos foram selecionados, abordando aspectos de legislação e percepção discente/docente a respeito do tema estudado. Os achados indicam que a inclusão como um processo que visa diminuir as desigualdades no Ensino Superior emerge como uma política pública importante, havendo ainda uma grande carência tanto de adequação arquitetônica das Instituições quanto da adequação de práticas pedagógicas e formação docente qualificada para fornecer o suporte requerido pelos discentes. Abordagens visando uma inclusão adequada devem ser implantadas pelas Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, de modo a garantir oportunidades igualitárias às pessoas com deficiência em relação aos demais estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Superior; Pessoas com Deficiência; Práticas Pedagógicas.

Abstract

In the last two decades, Brazil has experienced several processes of structural changes in the field of Education, associated with social, political, economic, and cultural transformations that culminated in the expansion of the National Education System. The inclusion of people with disabilities in Higher Education has been defined as a State policy; however, much still needs to be made so that there is an effective inclusion of people with disabilities. In the present study, we carried out a

systematic review to highlight issues related to the perception of the process of inclusion of people with disabilities in Higher Education. To this end, a systematic literature review was carried out with a search for articles in the Lilacs, PubMed, Scielo, Scopus, and Web of Science databases, selecting articles published between 2016 and 2020, using the terms of reference “Pessoas com Deficiência”, “Educação Especial” and “Ensino Superior” in Portuguese and “Disabled Persons”, “Education, Special” and “Education, Graduate” in English. Five articles were selected, addressing aspects of legislation and student/teacher perception about the studied topic. The findings indicate that inclusion as a process aimed at reducing inequalities in Higher Education emerges as an important public policy, with a great lack of both the architectural adequacy of the Institutions and the adequacy of pedagogical practices and qualified teacher training to provide the required support by the students. Approaches aimed at adequate inclusion must be implemented by Higher Education Institutions, public or private, in order to guarantee equal opportunities for people with disabilities in relation to other students.

Keywords: Special Education; Higher Education; People with Disabilities; Pedagogical Practices.

Resumen

En las últimas dos décadas, Brasil ha experimentado varios procesos de cambios estructurales en el campo de la Educación, asociados a transformaciones sociales, políticas, económicas y culturales que culminaron en la expansión del Sistema Educativo Nacional. La inclusión de personas con discapacidad en la Educación Superior se ha definido como una política de Estado; sin embargo, aún queda mucho por hacer para que haya una inclusión efectiva de las personas con discapacidad. En el presente estudio realizamos una revisión sistemática para resaltar temas relacionados con la percepción del proceso de inclusión de personas con discapacidad en la Educación Superior. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica sistemática con búsqueda de artículos en las bases de datos Lilacs, PubMed, Scielo, Scopus y Web of Science, seleccionando artículos publicados entre 2016 y 2020, utilizando los términos de referencia “Pessoas com Deficiência”, “Educação Especial” y “Ensino Superior” em português y “Disabled Persons”, “Education, Special” y “Education, Graduate” en inglés. Se identificaron cinco artículos que abordan aspectos de la legislación y la percepción alumno/profesor sobre el tema estudiado. Los hallazgos indican que la inclusión como un proceso orientado a reducir las desigualdades en la Educación Superior surge como una política pública importante, con una gran carencia tanto de la adecuación arquitectónica de las Instituciones como de la adecuación de las prácticas pedagógicas y la formación de docentes calificados para brindar el apoyo requerido por los estudiantes. Los enfoques orientados a la adecuada inclusión deben ser implementados por las Instituciones de Educación Superior, públicas o privadas, con el fin de garantizar la igualdad de oportunidades de las personas con discapacidad en relación con otros estudiantes.

Palabras clave: Educación Especial; Educación Superior; Personas con Discapacidad; Prácticas Pedagógicas.

1. Introdução

Nas últimas duas décadas o Brasil experimentou diversos processos de mudanças estruturais em âmbito acadêmico, fortemente associados a transformações de cunho social, político, econômico e cultural que culminaram com a expansão do sistema de educação Nacional em seus diferentes níveis, resultando em diversos programas de inclusão, notadamente no Ensino Superior (Mancebo et al., 2015).

A educação especial é compreendida como uma modalidade de ensino com o intuito de promover o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantida mediante a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2009). Assim, a inclusão de pessoas com deficiência no processo de ensino e educação tem sido apoiada e incentivada através de decretos e leis para que se possa garantir o direito a oportunidades a este grupo (Ciríaco, 2020), iniciando-se desde a educação infantil, fase em que é primordial o trabalho para desenvolver habilidades físicas e intelectuais, criatividade e talentos individuais, bem como autoestima (Oliveira, 2010). Deste modo, adaptações devem ser feitas nas Instituições com o intuito de facilitar o acesso ao ensino, tanto na estrutura física quanto na adoção de materiais alternativos, como uso o de braille, por exemplo, ou o emprego da linguagem de sinais, desde que seja feita a integração do ensino de acordo com cada deficiência (Brasil, 2009).

Como exposto, o acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior é um direito garantido por lei, sendo facultado ao indivíduo exercê-lo ou não (Brasil, 2015). No entanto, o não cumprimento, a restrição ou qualquer forma de negação da execução desses direitos pelas Instituições de Ensino é considerado uma forma de desigualdade e discriminação, caracterizada por qualquer ação que comprometa ou impeça o livre exercício do direito a acessibilidade das pessoas com

deficiência. Atos como estes devem ser levados ao Ministério Público, para que seja avaliado o não cumprimento da lei e as medidas cabíveis possam ser tomadas (Brasil, 2015).

O processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior é um desafio constante, requerendo investimento em recursos e capacitação docente, de modo a promover informações que viabilizem cada vez mais a integração e participação destes alunos no ambiente acadêmico (Selau et al., 2017), com a adoção de práticas de ensino adequadas às suas necessidades (Vargas, 2006). Tais mudanças visam proporcionar o aumento gradual de pessoas com deficiência ingressando no ensino superior, garantindo sua permanência nas Universidades. A concretização de acessibilidade, definida pelas normativas e decretos existentes, ocorre a partir da implementação de materiais e instrumentos tanto estruturais quanto tecnológicos. Segundo dados do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) no ano de 2012, cerca de 0,35% dos estudantes da Educação Superior relatam ter algum tipo de deficiência, demonstrando o quanto a seletividade no processo de ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda reflete um sistema de elitismo cultural da sociedade (Brasil, 2013b).

Nesse sentido, as IES brasileiras têm buscado melhorias de acesso ao ensino por intermédio de leis e decretos, objetivando a não desistência das pessoas com deficiência, sendo a inclusão definida como algo inerente ao Ensino Superior (Poker et al., 2018). Dentre as contribuições estão a capacitação apropriada de docentes para facilitar a comunicação e a didática com os discentes, atividades e avaliações diferenciadas, visando sempre a inclusão e favorecendo a equidade entre os universitários, com consequente benefícios também aos docentes (Garcia et al., 2018).

À luz do exposto, no presente estudo realizamos uma revisão de caráter sistemático que buscou evidenciar questões relacionadas à percepção do processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, tanto a partir da ótica discente quanto docente.

2. Metodologia

O presente estudo compreende uma revisão sistemática da literatura baseada na pergunta norteadora “Quais os desafios da inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro?”. Para tanto, avaliaram-se artigos publicados entre os anos de 2016 e 2020. O estudo foi desenvolvido com base em critérios de pesquisa, identificação, seleção e eleição dos estudos identificados nas bases de dados utilizadas.

2.1. Bases de busca e critérios de inclusão

A estratégia de pesquisa foi baseada na busca de artigos em cinco bases de dados: Lilacs, PubMed, Scielo, Scopus e Web of Science. Os estudos incluídos para análise basearam-se nos seguintes critérios: a) possuírem dados primários; b) terem sido publicados entre os anos de 2016 e 2020; c) serem acessíveis na íntegra; e d) serem em língua inglesa ou portuguesa. Já os critérios de exclusão foram: a) não serem disponíveis gratuitamente; b) não estarem no formato artigo original; c) não se aproximarem da temática abordada; e d) não terem sido realizados com participantes brasileiros.

2.2. Descritores e associações

Os descritores foram organizados a partir do PICOS e identificados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e no Medical Subject Headings (MESH), de acordo com a descrição e aproximação de sentido, para a realização do cruzamento nas bases de dados pré-selecionadas. Os termos utilizados foram “Pessoas com Deficiência”, “Educação Especial” e “Ensino Superior” em língua portuguesa e “Disabled Persons”, “Education, Special” e “Education, Graduate” em língua inglesa.

Os termos escritos em português foram usados nas bases Lilacs e Scielo utilizando o operador booleano AND, da seguinte forma: “Pessoas com Deficiência” AND “Educação Especial” AND “Educação Superior”. Nas bases de dados PubMed e Scopus fez-se a busca utilizando o operador booleano AND entre os termos “Disabled Persons” AND “Education, Special” AND “Education, Graduate”. Já na base Web of Science os termos foram cruzados de forma diferente, dado que não foram identificados resultados com os três termos simultaneamente, sendo a busca realizada par a par, como “Disabled Persons” AND “Education, Special”; “Disabled Persons” AND “Education, Graduate” e “Education, Special” AND “Education, Graduate”.

O termo “educação especial” foi utilizado como descritor por contemplar “pessoas com deficiência” como um de seus públicos-alvo, o qual é foco do presente estudo. Mesmo tomando como parâmetro que a educação especial abrange além de pessoas com deficiência alunos com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, decidiu-se adotá-lo como descritor por propiciar uma maior abrangência; a partir da identificação dos estudos filtrou-se o público em questão da nossa pesquisa (alunos com deficiência, correspondendo ao público-alvo).

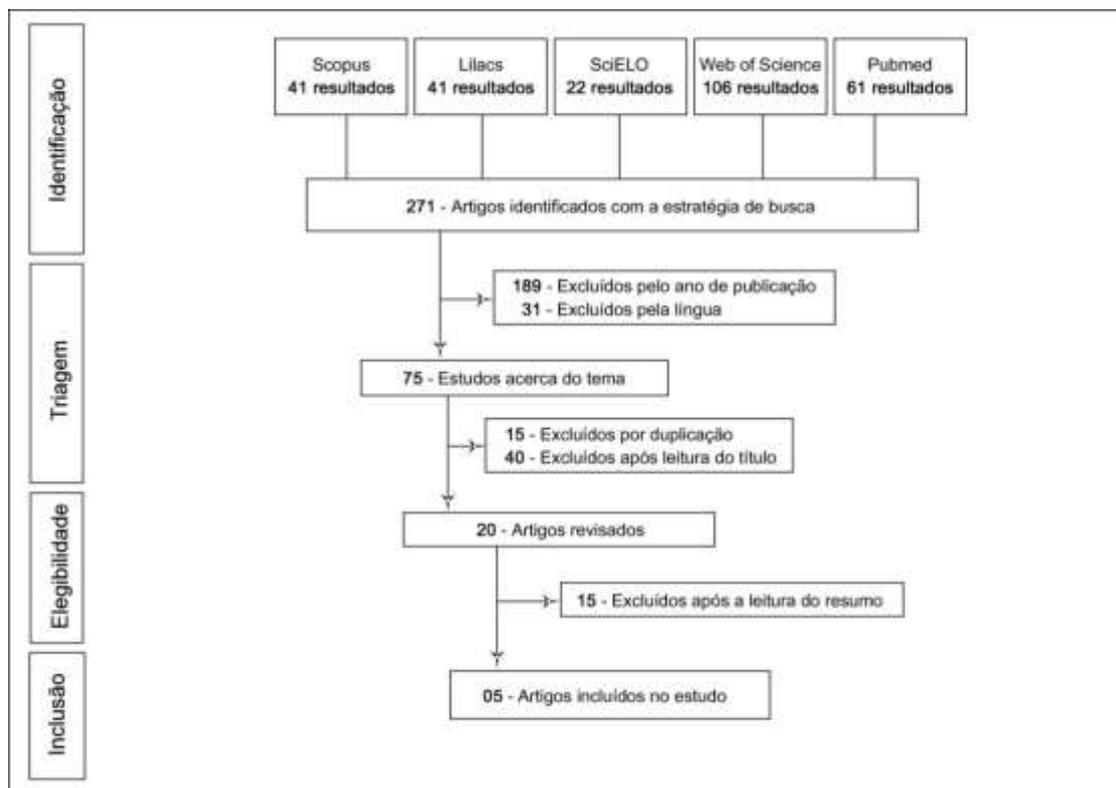
3. Resultados

De acordo com a análise inicial dos estudos, foi identificado um total de 271 trabalhos, dos quais 41 apareceram no Lilacs, 22 no Scielo, 41 no Scopus, 61 no PubMed e 106 no Web of Science. Os filtros de refinamento utilizados foram: “ano de publicação”, “texto livre” e “línguas inglesa e portuguesa”, não sendo possível a utilização do filtro “texto livre” nas bases Lilacs e Scielo.

Na base Lilacs o número de artigos foi reduzido de 41 para 21 após filtragem pelo “ano” e para 20 após “línguas”. Na Scielo, ao usar o filtro “ano” o número foi reduzido para 14, permanecendo com o mesmo após filtragem por “línguas”. No PubMed houve uma redução de 61 para 19 e de 19 para 04, permanecendo em 04 ao utilizar-se os filtros “ano”, “texto livre” e “línguas”, respectivamente. Na base Scopus reduziu-se de 41 para 01 (“ano”/04, “texto livre”/01 e “línguas”/01) e na Web of Science, dos iniciais 106, houve uma redução para 19 ao filtrar por “ano”, para 04 por “texto livre”, finalizando com 04 estudos ao usar “línguas”.

Após a utilização dos filtros, um quantitativo de 75 estudos foi selecionado, os quais foram importados para o programa Endnote desktop® para a eliminação de estudos duplicados (15 artigos), totalizando 60 artigos para análise posterior. A análise seguiu-se pela leitura dos títulos por dois avaliadores de modo independente, com posterior discussão em relação a possíveis divergências, de modo a buscar um consenso. Nesta fase, após a exclusão de revisões sistemáticas, 20 estudos foram selecionados para serem analisados de acordo com o resumo. A leitura dos resumos foi realizada por 5 avaliadores de modo independente, resultando na seleção de 5 estudos para leitura detalhada, que depois de realizada por 2 avaliadores resultaram na análise final dos 5 estudos em sua plenitude. O detalhamento do processo de seleção dos estudos avaliados está indicado no fluxograma da Figura 1.

Figura 1. Fluxograma indicativo do processo de seleção dos estudos utilizados na presente revisão



Fonte: Autores.

As informações extraídas dos estudos foram norteadas pela ficha URSi e as etapas do processo de seleção dos textos foram realizadas através do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (2015). A descrição dos estudos selecionados está indicada na Tabela 1.

Tabela 1. Descrição dos estudos relacionados ao processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior brasileiro entre os anos de 2016 e 2020.

Autor/Ano	Objetivo	Amostra	Tipo de estudo	Resultados	Conclusões
Garcia et al. (2018)	Verificar como alunos com deficiência, de uma Instituição Pública de Educação Superior de uma cidade no interior do Paraná, percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade.	Cinco alunos deficientes matriculados no ensino superior no interior do Paraná.	Estudo transversal	Embora a instituição seja pioneira em busca da acessibilidade no país e se mostrar preocupada em se adequar às necessidades dos alunos, estes relataram dificuldades com rampas, calçadas, acesso à biblioteca. Os funcionários contratados para os acertos estruturais, não conheciam bem as leis que davam subsídios para tais adaptações, colando piso tátil de modo errado, rampas íngremes dentre outras questões observadas.	Nota-se uma preocupação do poder público em propor normativas em relação ao acesso e permanência do aluno com necessidades especiais ao Ensino Superior, a qual também se observou na instituição pesquisada que busca torna-las efetivas. Porém, percebeu-se que há falhas desde a estrutura arquitetônica a formação docente que impedem que as normativas sejam efetivas.
Ciantelli e Leite (2016)	Apresentar o desenho do funcionamento dos núcleos de acessibilidade em prol da participação das pessoas com deficiência nas IFES.	Dezessete coordenadores de curso de instituições de ensino superior da Rede Federal.	Estudo transversal	Das 55 instituições mapeadas para o estudo, apenas 17 delas participaram. Os coordenadores na sua maioria tem mestrado ou doutorado em Educação ou Educação Inclusiva ou em área correlata a Educação. Destaca-se a eficiência dos bolsistas que dão suporte aos estudantes especiais, embora haja um receio de que os discentes percam a autonomia frente a eles. Viu-se a necessidade de treinamento para todos que fazem parte de forma ativa nos núcleos. A maioria mostrou ter uma visão ainda muito arcaica do que é acessibilidade, estritamente ligada ao conceito arquitetônico, no entanto, a acessibilidade; no entanto todas as instituições seguem com boas adaptações quanto a acessibilidade.	Notou-se que ações governamentais através de programas contribuem para o fortalecimento de núcleos de acessibilidades, que estão restritos as instituições federais. É necessário mais investimento da Universidade em acessibilidade, realizada pelos núcleos para todos os segmentos da comunidade acadêmica, de modo a tornar o ensino menos excludente.

Berberian et al. (2017)	Descrever e analisar as diretrizes e ações que direcionam o Programa Incluir e a Comissão de Educação Inclusiva de uma universidade privada de Curitiba, bem como a visão de alunos com deficiência acerca de sua experiência acadêmica, no tocante à infraestrutura, às relações interpessoais e aos aspectos pedagógicos pertinentes à sua formação.	Cinco graduandos com algum tipo de deficiência.	Pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, através da análise de conteúdo de Bardin.	Os participantes enfatizaram haver uma dificuldade por parte dos docentes no momento de transmitir informações, o que atrapalha o processo de ensino-aprendizagem. Revelaram, ainda, haver uma grande dificuldade sobre a transmissão de informações do professor para o intérprete e do intérprete para o aluno. Os alunos descreveram as barreiras linguísticas que há quanto ao processo de comunicação entre a própria comunidade discente, a qual resulta em prejuízo de socialização e exclusão assim como em preconceito. Os participantes destacaram que sentem dificuldade expressiva quando o quesito é disciplinas EAD.	Percebeu-se que a Comissão Inclusiva e o Programa Incluir possuem objetivos voltados para melhorar as questões relacionadas à acessibilidade. Percebeu-se uma fragilidade nos aspectos pedagógicos. Há necessidade de estudos voltados aos aspectos de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro.
Poker et al. (2018)	Investigar e analisar a percepção de docentes de uma universidade sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.	Cinquenta e dois professores universitários.	Pesquisa do tipo Estudo de Caso de natureza descritiva.	45% dos participantes têm ou tiveram contato com formação em educação inclusive dentro do contexto acadêmico desde a graduação. 33% disseram ter feito formação complementar. Questionam-se novas perspectivas da formação para a inclusão dentro da graduação e pós-graduação. 84% dos participantes referiram à formação profissional precária como sendo a principal dificuldade da inclusão. 79% dos docentes revelaram ter tido experiência com algum aluno especial. Apenas 8% disseram que a universidade oferece e garante acesso e permanência, enquanto que 92% disseram que tanto a estrutura física, falta de materiais específicos e profissionais especializados como intérpretes são deficientes.	Observou-se que os professores tem posicionamento favorável em relação à inclusão, mas apresentam problemas na sua formação para lidar com o aluno com deficiência. Notou-se ainda haver uma fragilidade na política inclusiva da instituição de ensino superior. Viu-se que há uma necessidade urgente na mudança da política de inclusão por parte dos gestores para que o docente se sinta seguro e capaz de promover a inclusão assim como todos os envolvidos na comunidade acadêmica.
Branco e Almeida (2019)	Avaliar o nível de satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva de quatro Universidades Públicas brasileiras.	Nove alunos de mestrado/doutorado que possuem alguma deficiência.	Pesquisa mista (quantitativo e qualitativo) do tipo exploratória.	Com relação à satisfação estrutural, 8 dos nove participantes demonstraram insatisfação. Referente à satisfação operacional, 5 estavam insatisfeitos, destacando dificuldades encontradas quanto a editais para o público-alvo, sinalização indicada, pisos, código Braille, materiais específicos durante processo seletivo. Quanto ao serviço de biblioteca, 4 deles disseram ser ineficiente, pois não tem profissionais especializados para atendê-los. Em relação aos níveis de satisfação psicofetiva, 8 demonstraram tendência a satisfação, no entanto, no item referente as expectativas depois de entrar na instituição, três indicaram tendência a negatividade.	Embora se percebam avanços no processo de permanência dos alunos com deficiência no ensino superior ainda há a necessidade da melhoria de muitos fatores inclusivos. Há anseios dos discentes com necessidades especiais para que as Universidades possam prover modificações estruturais, no tocante às mudanças de projetos universitários e, de forma preponderante, aspectos de mudanças socioculturais, de sorte a intensificarem a luta pelos direitos do público-alvo da educação inclusiva, dentro do contexto acadêmico.

3. Discussão

A inclusão de pessoas com deficiência é algo premente, de modo a garantir oportunidades e sensação de dignidade de modo igualitário a todos os cidadãos (Maciel, 2000). Os diferentes estados de deficiência enfrentados geram problemas tanto de locomoção quanto de acesso ao ambiente acadêmico, além da evidente dificuldade de apreensão de conteúdos, requerendo uma adaptação das Instituições, tanto em relação ao espaço físico quanto na formação docente. À luz do exposto, estudos têm sido publicados com diferentes enfoques sobre o tema (Rosseto, 2008; Siqueira & Santana, 2010; Barreto & Almeida, 2014; Martins et al., 2017).

Diferentes grupos e entidades ao redor do mundo voltam seus olhos para o assunto, de modo a contribuir com ideias e informações. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na figura de Irina Bokova, sua Diretora Geral, durante a Semana de Ação Global em 2014, apontou que

[...] levantamos a bandeira da educação como um direito humano universal - ninguém deve ter acesso negado por causa da deficiência. Esta é uma prioridade da UNESCO e estamos agindo em todo o mundo para derrubar barreiras para as pessoas com deficiência, para capacitá-las como agentes de mudança. Isso significa transformar escolas e centros de aprendizagem. Significa adaptar as práticas de ensino para atender a todos. É por isso que exorto todos os governos e parceiros de desenvolvimento, todos os professores, pais e provedores do setor privado, a remover as

barreiras à aprendizagem e a realizar a participação plena e igual de todas as pessoas com deficiência na sociedade (UNESCO, 2014).

Em relação a práticas de inclusão, um ponto importante a se considerar é a necessidade de adequação da rotina de sala de aula. Os docentes que exercitam essas práticas devem respeitar o ritmo das pessoas com deficiência, fazendo adequações em relação à forma de abordar os conteúdos e os adaptando às condições particulares dos estudantes (Bisol et al., 2010). Assim, gera-se uma inversão no eixo-padrão de ensino, focado na obrigação do aluno em se adaptar ao ambiente oferecido pela Instituição (Oliva, 2016).

Em um estudo baseado na qualidade do trabalho inclusivo ofertado a uma discente que apresenta dificuldades visuais, Oliva (2016) aponta questões que levam tanto à inclusão da aluna no ambiente acadêmico quanto à sua exclusão, notadamente a ausência de adequações curriculares que propiciem uma melhor experiência em sala e uma consequente aquisição de conteúdo de modo adequado. De acordo com a autora, isto resulta em uma condição de negligência no tocante a aprendizagem dos estudantes.

De acordo com Ciantelli e Leite (2016), em relação a aspectos de acessibilidade em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), processos de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior se constituem em uma realidade cada vez mais presente, a partir da implantação do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2005. Tal programa objetiva a promoção do desenvolvimento de práticas e políticas institucionais de acessibilidade nestas Instituições, visando garantir um melhor desenvolvimento acadêmico de pessoas com deficiência ou com dificuldades de locomoção. Embora o advento do referido programa seja visto como um avanço significativo, os autores ressaltam que ainda é necessário um aporte muito maior pelo Governo nas IFES, visto que diversas adequações tanto estruturais quanto de formação de pessoal precisam ser implantadas, incluindo-se adaptações nos modelos pedagógicos adotados.

Avaliando-se a percepção dos discentes com deficiência a respeito do tema ‘inclusão’, Garcia e colaboradores (2018), em um estudo realizado em uma Universidade Pública do interior do Estado do Paraná aponta que estes notam que a Instituição a qual pertencem vem adotando práticas que visam proporcionar uma inclusão adequada às pessoas com deficiência, notadamente no que se refere a aspectos de acessibilidade. No entanto, segundo eles, há entraves decorrentes de um preparo inadequado do quadro docente no tocante a práticas que proporcionem uma equiparação das pessoas com deficiência aos demais estudantes em relação à aquisição de conteúdos e realização de atividades acadêmicas, o que indica que um refinamento na aplicação da teoria focada em métodos de inclusão na prática diária do ambiente acadêmico se faz necessário.

Na mesma linha, um estudo de Berberian e colaboradores (2017), realizado em uma Instituição de Ensino Superior Privada também do Estado do Paraná, aponta que os discentes entrevistados possuem um entendimento adequado a respeito das atividades voltadas para inclusão na Instituição a qual estão vinculados, referindo-se a elas de modo positivo. No entanto, os mesmos indicam também que os programas adotados pela Instituição necessitam de refinamento, uma vez que estão mais focados em questões de acessibilidade e menos em aspectos associados à abordagem pedagógica do tema, o que proporcionaria uma inclusão efetiva aos discentes.

Um estudo enfocando a percepção dos docentes de Ensino Superior a respeito de inclusão em uma Instituição Pública no interior do Estado de São Paulo aponta que os mesmos se posicionam favoravelmente em relação à inclusão, porém apresentam problemas inerentes à sua formação para lidar com o aluno com deficiência (Poker et al., 2018). Os docentes reportam ainda que a Instituição tem políticas frágeis de inclusão, fazendo-se necessária uma mudança nas práticas de gestão acadêmica de modo a promover uma inclusão abrangente e eficaz.

Além dos aspectos supracitados, relacionados às dificuldades inerentes à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, há ainda a inquietação decorrente das dificuldades econômicas das pessoas nessa condição (Dussilek & Moreira, 2017), o que interfere de modo negativo na sua efetiva inclusão tanto no ambiente acadêmico quanto na busca por futuro posicionamento no mercado de trabalho.

4. Considerações Finais

A inserção das pessoas com deficiência no contexto educacional, desde a educação infantil até o nível superior, tem se ampliado mediante a efetivação de direitos garantidos constitucionalmente. Apesar do panorama animador, considera-se que a realidade ainda se encontra distante do adequado, sendo necessário que haja a expansão da discussão visando estratégias que coloquem em prática a educação inclusiva como se almeja.

Quando se aborda especificamente a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior, percebe-se que as produções sobre o tema são relativamente escassas, ainda mais se levando em consideração a heterogeneidade do tema. Além disso, é necessário conhecer as demandas das diversas deficiências com seus inúmeros graus de acometimento e a complexidade no que diz respeito à inclusão do ponto de vista prático.

Tornar o sistema inclusivo exige formação e capacitação de professores, adaptações estruturais do meio físico, fornecimento de materiais didáticos apropriados, além de proporcionar uma atmosfera em que a comunidade acadêmica esteja conscientizada e educada para acolher e dar assistência caso seja necessário, garantindo assim a permanência destes alunos no Ensino Superior com aprendizado e aproveitamento adequados.

Ainda há muito a se discutir sobre a temática, sugerindo-se que sejam desenvolvidos estudos que busquem identificar e determinar de forma específica os caminhos para efetivar a inserção desse público, considerando as particularidades de cada ser sem generalizar as respectivas demandas de cada grupo, também buscando avaliar os impactos dessas medidas, tanto no ambiente acadêmico quanto nos aspectos gerais da vida das pessoas com deficiência na comunidade em geral.

Referências

- Barreto, L. P. S. J., & Almeida, M. S. P. (2014). Deficiência e Universidade: um estudo sobre inclusão e superação através do Tempo e alguns casos na Faculdade Sete de Setembro (Fasete). *Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE*, 8 (8), 47-75. https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2014/8/deficiencia_e_universidade_um_estudo_sobre_inclusao_e_superacao_atraves_do_tempo.pdf
- Berberian, A. P., Krüger, S. I., Miranda, B. A., Guarinello, A. C., Costa, L. V., Silva, D. V., & Festa, P. S. V. (2017). Inclusão de alunos com deficiência em uma Universidade particular de Curitiba. *Distúrbios de Comunicação, São Paulo*, 29(4), 749-758. doi: 10.23925/2176-2724.2017v29i4p749-758
- Bisol, C. A., Valentini, C. B., Simioni, J. L., & Zanchin, J. (2010). Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. *Cadernos de Pesquisa*, 40 (139), 147-172. <https://www.scielo.br/j/cp/a/PWzSW9ZCtGWQFRztD85gQFN/?lang=pt&format=pdf>
- BRASIL (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008). <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
- BRASIL (2013b). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e IES. Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). 2013b Parte I – Avaliação de cursos de graduação. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2013. http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf.
- BRASIL (2015). Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf.
- Ciantelli, A. P. C., & Leite, L. P. (2016). Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília.*, 22 (3), 413-428, 2016. doi: 10.1590/S1413-65382216000300008

- Ciríaco, F. L. (2020). Inclusão: um direito de todos. *Revista Educação Pública*, 20 (29), 1-6. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>
- Dussilek, C. A., & Moreira J. C. C. (2017). Inclusão no ensino superior: uma revisão sistemática das condições apresentadas aos estudantes com deficiência. *Research, Society and Development*, 6 (4), 317-341. doi: 10.17648/rsd-v6i4.124
- Garcia, R. A. B., Bacarin, A. P. S., & Leonardo, N. S. T. (2018). Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional* n esp, 33-40. doi: 10.1590/2175-3539/2018/035
- Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiência, a questão da inclusão social. *São Paulo Perspectivas* 14 (2), 51-56. doi: 10.1590/S0102-88392000000200008
- Mancebo, D., Vale, A. A., & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995 - 2010. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 20 (60), 31-50. doi: 10.1590/S1413-24782015206003
- Martins, S. E. S. O., Gomez, A. J. V., Fernandes, Y. Z., & Benetti, C. S. (2017). Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. *Jornal de Políticas Educacionais*, 11 (17), 1-23. <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/53635>
- Oliva, D. V. (2016). Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. *Psicologia USP*, 27 (3), 492-502. doi: 10.1590/0103-656420140099
- Oliveira, Z. M. F. (2010). Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo. *Estudos de Psicologia (Campinas)* 27 (1), 83-92. doi: 10.1590/S0103-166X2010000100010
- Poker R. B., Valentim F. O. D., & Garla I. A. (2018). Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional, SP*. n esp., 127-134. doi: 10.1590/2175-3539/2018/010
- PRISMA (2015). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses. PRISMA flow diagram. Website. <http://www.prisma-statement.org>.
- Rosseto, P. (2008). Políticas de Inclusão no Ensino Superior. *Revista Temas e Matizes*, 13, 47-59. <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/2486/1897>
- Selau, B., Damiani, M. F., & Costas, F. A. T. (2017). Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? *Acta Scientiarum. Education Maringá*, 39 (4), 431-440. doi: 10.4025/actascieduc.v39i4.28915
- Siqueira, I. M., & Santana, C. S. (2010). Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, 16 (1), 127-136. doi: 10.1590/S1413-65382010000100010
- UNESCO (2014). "Education and Disability: Equal Right, Equal Opportunity". <http://en.unesco.org/events/2014-global-action-week-education-all#sthash.CFdfSIcW.dpuf>
- Vargas, G. M. S. (2006). A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina prática pedagógica: prática de ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. *Ponto de Vista* 8, 131-138. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1124/1459>